



GT – “01”: “Agronegócio globalizado, urbanização e reestruturação urbano-regional e das cidades”

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E DESEMPREGO:

A centralização do capital na agroindústria canavieira e o mercado de trabalho em Piracicaba (SP)

Bruno Rezende Spadotto:
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Rio Claro:
spadotto.br@gmail.com:

RESUMO: Na década de 2000, a agroindústria canavieira brasileira centralizou capital, impactando diretamente circuitos produtivos como a indústria de equipamentos. Em Piracicaba (SP), tradicional fornecedora de bens e serviços para o setor, essa centralização alterou o mercado de trabalho. As especulações financeiras dos usineiros transformaram relações de produção entre clientes e fornecedores, alinhando-se ao conceito de “acumulação por espoliação” (Harvey, 2011; 2013). A crise do setor sucroenergético e a sobreacumulação de capital pelas grandes corporações agrícolas, culminando no colapso financeiro de 2008, exemplificam esse fenômeno. A financeirização da agroindústria canavieira resultou no aumento da acumulação de capital pelos grandes grupos agrícolas e no desemprego na indústria de equipamentos especializada.

Palavras-chave: Agroindústria; Mercado de trabalho; Geografia econômica;

INTRODUÇÃO

No atual período histórico, caracterizado pela globalização do capital financeiro (SANTOS, 2000), o controle da produção de açúcar e etanol é estratégico. A partir desta situação geográfica geral, introduzimos o objetivo deste artigo, que é analisar a centralização do capital na agroindústria canavieira, na década de 2000 e seus impactos no mercado de trabalho do município de Piracicaba (SP), especializado historicamente na produção de bens e serviços sucroenergéticos.

Propomos, também, substantivar o conceito de “acumulação por espoliação”. Para Harvey (2008; 2011; 2013) a centralização de capital é uma das expressões mais evidentes de acumulação por espoliação, pois, a centralização de capital “ocorre quando dois ou mais capitalistas, anteriormente independentes, se combinam num único capital” através de incorporações, fusões e aquisições (SMITH, N. 1988, p. 178). Marx esclarece tal situação quando diz que “um capitalista sempre liquida (despossui) muitos outros” (2013, p. 670, parênteses nosso).

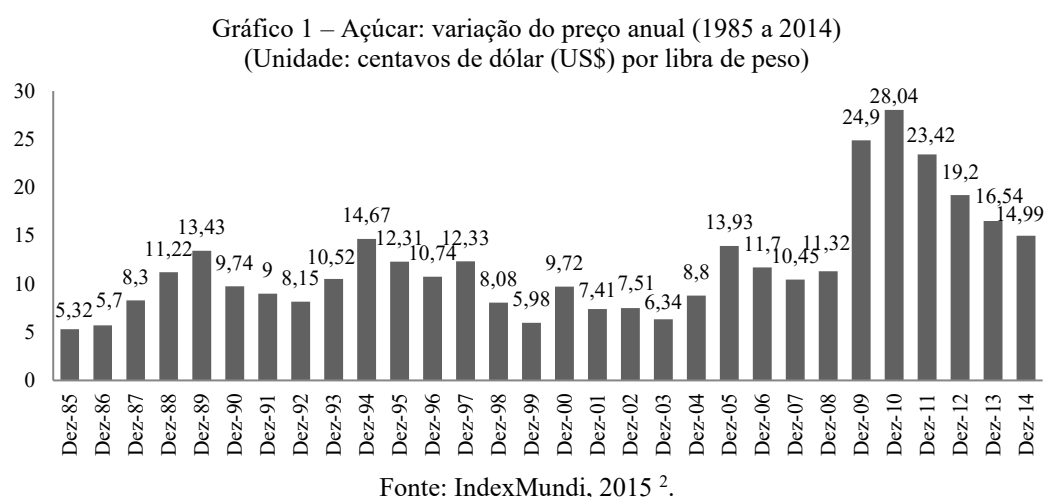
O caso de Piracicaba (SP) é característico para essa análise devido sua primazia na produção de equipamentos e serviços ao setor sucroenergético, apurado pelos seguintes dados: 1) cerca de 60% dos equipamentos utilizados pelo setor no território brasileiro são produzidos por empresas localizadas no município (EBC, 2012) ; 2) Piracicaba abriga as principais indústrias de bens de capital do setor, como os exemplos da “Dedini S/A Indústrias de Base” e da “Mausa”; e 3) O município é, ao lado de Sertãozinho (SP), o principal centro de produção de equipamentos para o setor no território brasileiro.

Com base no exposto, analisaremos como o processo de centralização do capital, em expansão no segmento agroindustrial do setor sucroenergético brasileiro, impactou o circuito produtivo de bens e serviços situados em Piracicaba, compreendendo, assim, quais foram as principais influências deste processo para o mercado de trabalho e, consequentemente, para o aumento do desemprego no município referenciado.

1. IMPERATIVO DA COMPETITIVIDADE E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

O setor sucroenergético passou por muitas transformações ao longo da década de 2000. Tais transformações estão relacionadas, principalmente: 1) ao aumento do preço do açúcar no mercado internacional a partir de 2004, fruto do acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) que vetou subsídios aos produtores de açúcar em países desenvolvidos; 2) à popularização, no Brasil, dos motores flexfuel, a partir de 2003, que aumentou a demanda doméstica por etanol; 3) ao forte incentivo estatal ao setor, fruto dos empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principalmente, a partir de 2007 (BORGES & COSTA, 2013).

Outro evento importante, ocorrido durante a década de 2000, foi a denominada “crise de 2008”. A partir dela, mesmo com um pico histórico do preço do açúcar no mercado internacional (conforme aponta o “Gráfico 1”), reduziu-se a capacidade de crédito bancário ao setor, o que impediu a rolagem de dívidas dos usineiros, ampliando a inadimplência e, assim, gerando o efeito “bola de neve”, que levou muitos grupos sucroenergéticos a fecharem unidades, falirem ou solicitarem recuperação judicial (DATAGRO, 2015 ¹).

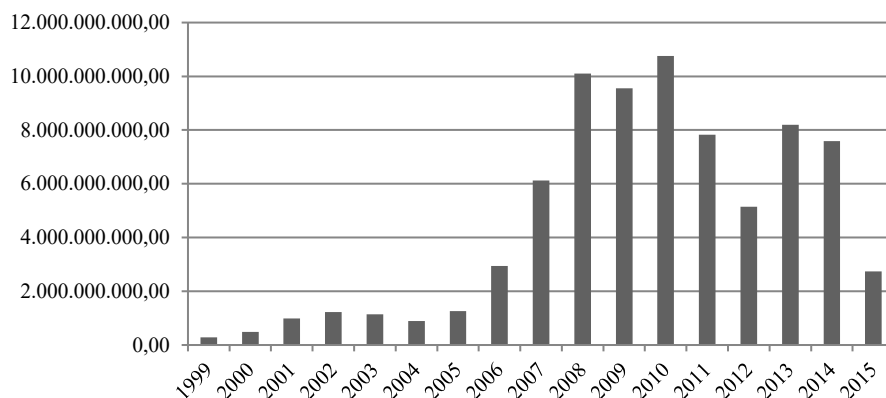


Devido à ocorrência deste último evento (a crise mundial de 2008), é necessário dividir os fatos recentes do setor em dois períodos: o “anterior a 2008” e o “pós-2008”. Em suma, a nova trajetória do setor, “pós 2008”, não significou a diminuição dos empréstimos do BNDES ao setor (que atingiram o pico mais alto no ano de 2010, conforme aponta o “Gráfico 2”). Mas significou, sim, um aprofundamento do processo de centralização do capital (conforme aponta o “Gráfico 3”, que ilustra as fusões e aquisições no setor, entre 1996 e 2014).

¹ Disponível em: <<http://www.novacana.com/n/industria/usinas/datagro-83-usinas-cana-encerraram-atividades-anos-290115/>>. Acesso em: 21 Jun. 2016.

² Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=a%C3%A7%C3%Bacar&meses=360>>. Acesso em: 05 Jan de 2016.

Gráfico 2 – BNDES: desembolsos para o setor sucroenergético, em milhões de reais (1999-2015)



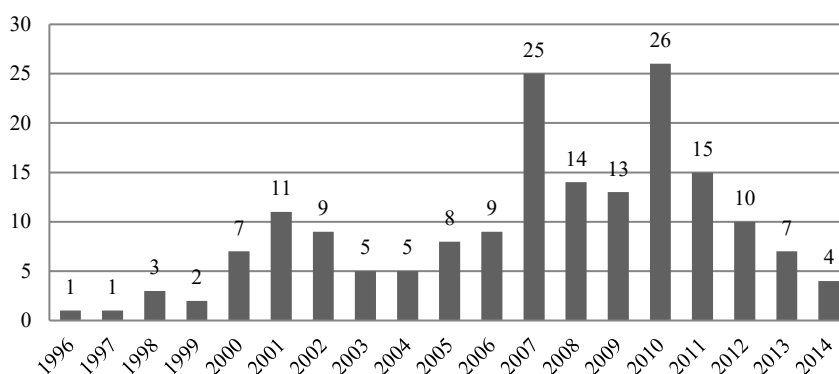
Fonte: Informes BNDES (2015) ³.

A nova trajetória tomada pelo setor, a partir de 2009, significou, como já referenciado, um aprofundamento do processo de centralização do capital no segmento agroindustrial do setor sucroenergético. Essa centralização, levada a cabo por grandes corporações de comercialização agrícola (nacionais e internacionais) é a caracterização mais evidente do processo de acumulação por espoliação engendrado no segmento agroindustrial do setor sucroenergético brasileiro, na década de 2000.

Podemos melhor compreender a centralização do capital no setor sucroenergético brasileiro quando visualizamos o “Gráfico 3”, de fusões e aquisições entre 1996 e 2015.

Gráfico 3 – Setor Sucroenergético: Fusões e Aquisições (1996-2014)

³ Inflação corrigida pelo Índice de “Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-E)” na “Calculadora do Cidadão” do Banco Central do Brasil, tomando como base os índices do mês de dezembro de cada ano e, como valor final da moeda, o mês de dezembro de 2015.



Fonte: KPMG (2015).

É emblemático constatar que o ano de 2010, onde houve o maior financiamento público para o setor (mais de R\$ 10 bilhões), via BNDES, foi também o ano de maior ocorrência de fusões e aquisições (26 ocorrências), já que normalmente, o sistema de crédito é um dos grandes auxiliares do movimento de centralização de capitais (MARX, 2013, p. 563).

As centralizações de capitais, que ocorreram “pós-2008”, são sintetizadas pelo fato do capital estrangeiro, representado especialmente pelas grandes *tradings* e petroleiras mundiais, ter adentrado o setor por meio da compra do controle acionário majoritário de antigos grupos usineiros brasileiros, endividados pelo debacle de 2008. Um exemplo desse fenômeno foi a formação do grupo “Biosev” em 2009, que se fundiu a partir da compra de 60% das ações do grupo Santelisa Vale (segunda maior produtora de cana-de-açúcar do Brasil e, na época, propriedade da família Biagi) pelo grupo *Louis Dreyfus Commodities*.

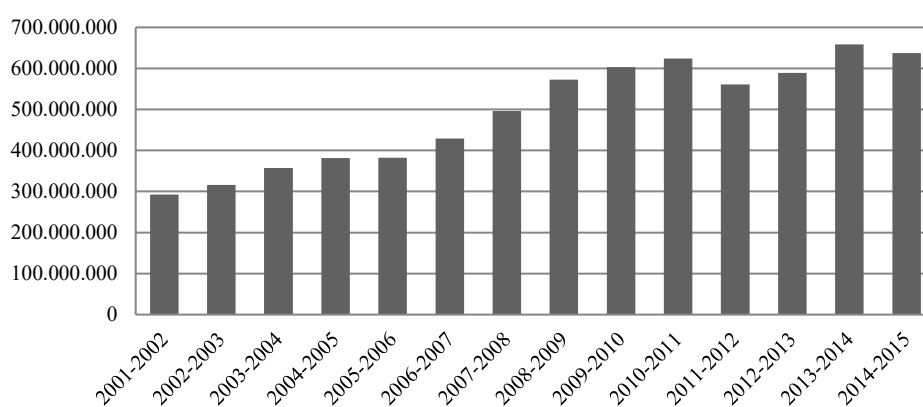
Outro fato crucial para a centralização de capitais no setor sucroenergético foi o endividamento do setor, devido, principalmente à mudança das tendências financeiras da década de 2000, durante a “debacle de 2008”. Sobre isso, o relato feito pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (MENDONÇA; PITTA; XAVIER; 2012, p. 4) é extremamente esclarecedor quando afirma que as principais dívidas do setor foram contraídas por meio de especulações financeiras mal sucedidas em derivativos cambiais, como descrito no trecho abaixo:

Diversas usinas tomaram empréstimos baratos em dólar, aproveitando a valorização do real, para especular com derivativos cambiais. Com a reversão dessa tendência e a valorização do dólar em relação à moeda brasileira, muitas usinas quebraram. O setor somou um prejuízo de mais de R\$4 bilhões. As empresas deixaram de investir, por exemplo, na renovação de

canaviais, tratos culturais e adubação para manter a elevação dos níveis de produtividade ⁴.

É interessante verificar, no “Gráfico 4”, apresentado a seguir, que os anos-safras 2011-2012 e 2012-2013 apresentaram os piores resultados na produção de cana-de-açúcar (isto é, na manutenção dos índices de produtividade) são também os mesmos anos que coincidem com a ausência de renovação dos canaviais, de novos tratos culturais e de fertilização adequada. Medidas de manutenção produtiva que não ocorreram devido ao endividamento dos grupos usineiros.

Gráfico 4 - Brasil: evolução da produção de cana-de-açúcar, em toneladas moídas (Anos-safras: 2001-2002 a 2014-2015)



Fonte: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2015.

As piores consequências do movimento de centralização de capitais na agroindústria canavieira (que ganhou novo fôlego com a “crise de 2008”) podem ser verificadas pela interrupção das atividades (por fechamento, falência ou recuperação judicial) de mais de 80 usinas, entre 2008 e 2014 (DATAGRO, 2015). Isto demonstra que “não há nada melhor do que uma boa crise” para acirrar a competição capitalista, intensificar o movimento de centralização de capital (onde um capitalista expropria outro capitalista) e “consolidar” grupos hegemônicos no comando de determinado setor da economia.

Desta maneira, quando tratamos da participação dos grandes grupos, que hegemonizam a produção de cana-de-açúcar no Brasil, a composição dos quinze maiores

⁴ A informação do endividamento do setor (devido às especulações em derivativos cambiais) é confirmada por diversas pesquisas que evidenciam uma enorme quantidade de especulações, realizadas por empresas não financeiras brasileiras, entre 2003 a 2008, como demonstram os estudos de Lopes, Schiozer & Sheng (2013) e de Perera, Neto & Alves (2011). Os casos mais populares foram os dos grupos Sadia e Aracruz (devido ao montante de capital subtraído), mas, esse tipo de prática especulativa perversa (e de alto risco), realizada amplamente na década de 2000, atingiu diversos circuitos produtivos brasileiros e, obviamente, a agroindústria canavieira.

produtores apresenta cinco grandes produtores internacionais, fato que não era concreto antes da década de 2000. Tal lista é demonstrada no “Quadro 1” com dados levantados por Bellentani (2014), com referência no Anuário da Cana (Safra 2012/2013).

Quadro 1 – Brasil: maiores produtores de cana-de-açúcar (2014)

Ordem	Grupo Usineiro	País de origem do controle acionário	Produção (Ton.)
1º	Raízen (Cosan 51% / Shell 49%)	Brasil	56.221.000
2º	Biosev	França	29.536.876
3º	Tereos Internacional S/A	França	19.732.387
4º	Odebrecht	Brasil	18.917.647
5º	Bunge	Holanda	17.000.000
6º	São Martinho (após aquisição da St. Cruz)	Brasil	16.462.604
7º	Santa Terezinha	Brasil	16.100.000
8º	Noble Group	China	10.687.231
9º	Zilor	Brasil	10.020.000
10º	Tercio Wanderley	Brasil	9.774.697
11º	Delta Sucroenergia	Brasil	9.261.638
12º	Renuka do Brasil	Índia	8.583.078
13º	Colorado	Brasil	8.492.056
14º	Pedra	Brasil	8.368.563
15º	Moreno	Brasil	7.588.795

Fonte: Bellentani (2014), a partir dos dados do Anuário da Cana (2014).

A partir do exposto, que se tratou de um exame detalhado sobre o atual movimento de centralização de capitais no setor sucroenergético brasileiro, passaremos, agora, para a análise do circuito produtivo, especializado no setor sucroenergético, no município de Piracicaba (SP).

2. CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DO CAPITAL: A PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS SUCROENERGÉTICOS EM PIRACICABA (SP)

A especialização histórica do município de Piracicaba (SP) no setor sucroenergético se concretiza como uma *rugosidade* (SANTOS, 2009), isto é, como uma herança socioespacial que funcionaliza o município como um importante nó logístico no circuito espacial produtivo sucroenergético do território brasileiro. A produção

econômica da cidade, principalmente, seu ramo metalmecânico, desde o período de industrialização do estado de São Paulo, é altamente ligada à produção de equipamentos e serviços para o setor sucroenergético.

O circuito de produção de equipamentos e serviços, especializado no setor sucroenergético, situado em Piracicaba (SP), compõe uma rede muito variada de empresas componentes. Para isso, propomos uma tipologia de empresas baseada da teoria dos “dois circuitos urbanos nos países subdesenvolvidos” de Santos (2008 [1979]; 2008b [1973]). Para o autor (2008b), os “dois circuitos da economia urbana” permitem demonstrar as discrepantes relações de produção existentes nos circuitos produtivos que permeiam o tecido urbano, especialmente, nos países subdesenvolvidos. Os circuitos urbanos resumem-se em “circuito superior” e “circuito inferior”. Entretanto, Santos (2008b) também salienta a existência de um circuito intermediário, classificando-o de “circuito superior marginal”.

Buscando explicar, de maneira sintética tal teoria, podemos dizer que *circuito superior* está relacionado às atividades “modernas” (de capital intensivo), enquanto o *circuito inferior* é relacionado às atividades menos tecnológicas (de trabalho intensivo), tendo também, como característica, sua dependência ao circuito superior. Já o *circuito superior marginal*, se refere às atividades produtivas que possuem características presentes nos dois circuitos anteriores (SANTOS, 2008b, p. 97-100).

Em Piracicaba, o *circuito superior* de bens e serviços especializados no setor sucroenergético é composto por vinte e uma (21) empresas, divididas em indústrias de equipamentos, componentes, grandes estruturas, transportadoras, empresas de pesquisa e desenvolvimento científico, produtoras de colhedoras de cana, construtoras, aços para construção civil, empresa de análises biológicas e ecotoxicológicas e uma produtora de transformadores elétricos. Em suma, esse circuito superior é composto por empresas de grande porte que possuem a capacidade de empregar, em seu conjunto, mais de dez mil trabalhadores. Sua vinculação ao chamado circuito superior se deve pelo relacionamento direto que essas empresas estabelecem com o cliente final e pelo controle da rede de seus fornecedores de componentes, caracterizados por serem médias e pequenas empresas.

O *circuito superior marginal* de bens e serviços especializados no setor sucroenergético é composto por setenta e seis (76) empresas, divididas em produtoras de equipamentos e componentes, prestadores de serviços de caldeiraria, metalurgia, fundição e beneficiamentos de chapas, empresas de montagens industriais, transportadoras, usinagem e elaboração de componentes mecânicos e hidráulicos, consultorias de

engenharia agroindustrial, agrônômica e financeira, construtoras de edifícios agroindustriais, produtoras de equipamentos para laboratórios agroindustriais, comercializadoras de perfis de aço para construção civil, entre outras empresas prestadoras de serviços diversos. Em suma, tal circuito superior marginal, constitui-se por empresas de médio porte que possuem a capacidade de poder empregar, em seu conjunto mais de dez mil trabalhadores. Sua vinculação ao chamado circuito superior marginal se deve pelo fato de que embora mantenham alguns vínculos diretos com o cliente final (isto é, as usinas), o relacionamento é maior com outras empresas maiores, que intermediam seus fluxos produtivos com as usinas.

Obviamente, a lista de fornecedores de bens e serviços para o setor sucroenergético estende-se para além das médias e pequenas empresas. Por isso, existe também uma ampla lista de microempresas que oferecem bens e serviços para o setor, assim situamo-las no *circuito inferior*⁵. Assim, este circuito inferior é composto por empresas de fabricação e reforma de equipamentos hidráulicos, caldeiraria, montagens, usinagens, manutenções, comércio de produtos agropecuários, projetos elétricos, reformas de refratários, entre outras. Caracterizamos essas microempresas, como pertencentes ao circuito inferior, na produção de bens e serviços ao setor sucroenergético, devido, essencialmente, às suas capacidades técnicas e organizacionais. Isto é, pelo reduzido desenvolvimento tecnológico estrutural dos bens e serviços prestados e pela minúscula rede de relacionamento político-organizacional que essas empresas possuem com seus clientes e fornecedores. Finalmente, essas microempresas possuem a capacidade de empregar, em seu conjunto, mais de mil trabalhadores, fornecendo pequenos serviços de montagens industriais, de caldeiraria, de usinagem, além de comerciantes de componentes para as usinas e equipamentos utilizados nas plantações.

As empresas componentes dos circuitos produtivos de bens e serviços para o setor sucroenergético realizam sua comunicação através de *círculos de cooperação* (SANTOS, 1986; 1988; SANTOS; SILVEIRA, 2001). Como ressaltam Castillo & Frederico (2010, p. 6) os círculos de cooperação “tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens e informação (fluxos imateriais)”. O resultado final,

⁵ A classificação de empresas como circuito inferior não é relacionada ao número de funcionários, posto que a teoria que tomamos como referência (SANTOS, 2008; 2008b) não aborda essa questão como chave, e, sim, especifica como caracterização importante, a capacidade técnica e organizacional de tais firmas. Em suma, as firmas elencadas como circuito inferior possuem poucos clientes e/ou reduzida carga técnica em seus bens e serviços. São microempresas com subcircuitos produtivos que atendem aos circuitos produtivos de outras empresas maiores. Estas microempresas apenas podem situar-se “acima” de outras nano-firmas informais (que os dados oficiais não são capazes de revelar).

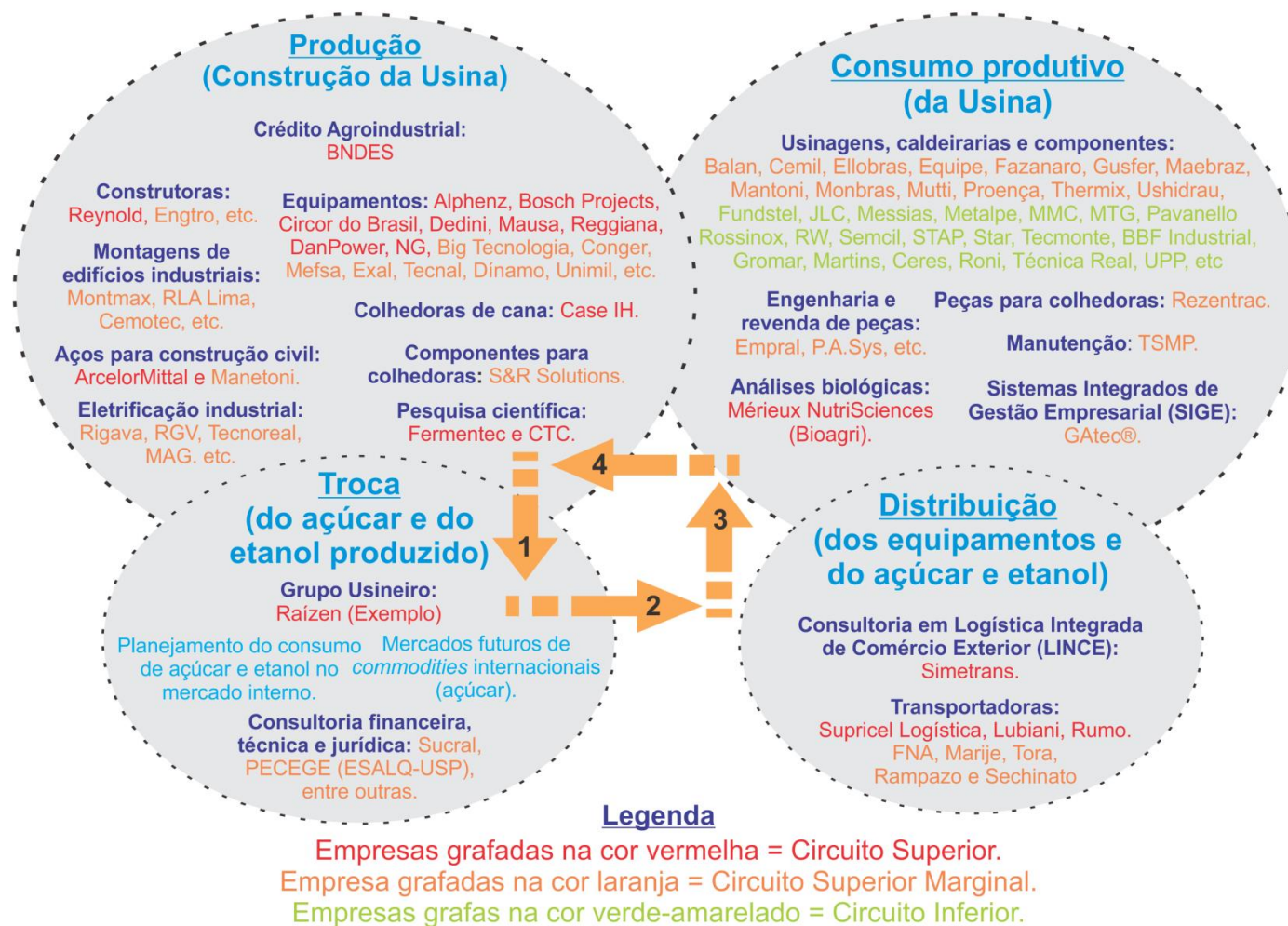
desta rede de comunicação (e produção ⁶) é a construção e a manutenção de uma usina sucroenergética. Assim, demonstraremos como os fornecedores de bens e serviços, situados em Piracicaba (SP), se comunicam para esse objetivo produtivo.

O “Organograma 1”, apresentado a seguir, demonstra o *círculo de cooperação* entre as empresas do município de Piracicaba para a construção, manutenção e operação de uma usina sucroenergética ⁷.

⁶ O conceito de círculos de cooperação difere-se do conceito de circuito espacial produtivo dado que pressupõe a circulação de informações (fluxos imateriais), enquanto o segundo aborda a circulação de matéria (produção em si, fluxos materiais). Entretanto, é importante lembrar que tais conceitos são híbridos (impossíveis de dissociação concreta), pois, como adverte Raffestin (1993, p. 200) “A circulação e a comunicação são as duas faces da mobilidade. (...). Na realidade, em todo “transporte” há circulação e comunicação simultaneamente.”.

⁷ É importante salientar que tanto o APLA (Arranjo Produtivo Local do Alcool), instituição com sede em Piracicaba, quanto a ÚNICA (União da Indústria de Cana-De-Açúcar), além de outras associações de classe do setor, são consideradas, por nós, como entidades-chave nos círculos de cooperação do setor, que permeiam negociações comerciais que afetam diretamente os agentes do circuito. A não ilustração dessas entidades nos círculos, apenas deriva-se da objetividade que quisermos dar aos outros entes componentes do referenciado circuito de produção.

Organograma 1 - Círculos de cooperação para a construção, produção e manutenção de uma usina sucroenergética



Fonte: Sistema Integrado de Administração Tributária (Prefeitura de Piracicaba), Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA) e entrevistas com agentes institucionais e do setor produtivo, 2015,

Os círculos de cooperação para a produção de uma usina sucroenergética são extensos. De maneira sintética, podemos dizer que a construção de uma usina segue as seguintes etapas: 1) licenciamento público pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA); 2) aprovação de crédito (público ou privado); 3) construção da usina (por uma empresa de consultoria em engenharia, que terceiriza a construção, ou diretamente com uma “produtora de usinas completas”⁸); 4) a contratada, por sua vez, firma um convênio com uma construtora que, por sua vez, também terceiriza parte do serviço por meio de empresas de montagens industriais e de contratação de mão de obra para a construção civil; 5) concomitantemente, inicia-se a produção dos bens de capital da usina, fornecidos por metalúrgicas grandes, médias e pequenas, especializadas neste ramo; 6) há também a realização dos serviços de eletrificação industrial e outros serviços de preparo nas plantações de cana-de-açúcar⁹; 7) depois de concluída a planta industrial, ainda há serviços realizados para a administração e manutenção agroindustrial (consultorias técnicas, financeiras, jurídicas e administrativas); e, finalmente 8) na fase final, existem os serviços de logística¹⁰ (de açúcar e etanol, principalmente¹¹).

3. O MERCADO DE TRABALHO SUCROENERGÉTICO EM PIRACICABA (SP): SOLIDARIEDADES ORGANIZACIONAIS E AS CRISES DO CAPITALISMO DEPENDENTE DO AGRONEGÓCIO GLOBAL

Da mesma maneira que todo o setor sucroenergético passou por inúmeras transformações durante a década de 2000, o seu circuito subsidiário, de equipamentos e serviços, também sofreu transformações. A configuração do mercado de trabalho relacionado,

⁸ Conforme apontou nossa pesquisa, em mais de 50% dos projetos de construção de usinas no Brasil, o Grupo Dedini ganha a concorrência, dado sua escala de produção e, assim ter menores custos e preços.

⁹ No caso das plantações de propriedade da usina, os serviços vão desde o preparo do plantio, georreferenciamento para as máquinas colhedoras de cana e serviços de manutenção e reformas de colheitadeiras. Nos casos em que a mecanização não é utilizada, há ainda a contratação de força de trabalho para o corte e transporte da cana-de-açúcar.

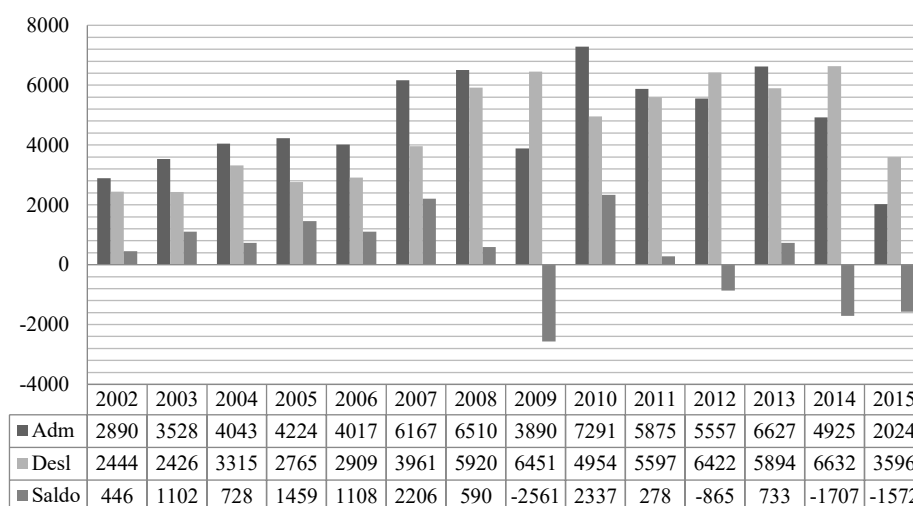
¹⁰ A grande empresa do setor logístico da cana-de-açúcar é a Rumo Logística, uma empresa do Grupo Cosan que controla oito terminais de carga no estado de São Paulo e possui um terminal no porto de Santos para a exportação do açúcar. A Rumo, recentemente, fundiu-se à América Latina Logística (ALL), criando uma gigante no ramo de transportes multimodais no Brasil. Tal fusão aprovada com restrições pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

¹¹ No caso da transmissão de energia elétrica, após a utilização pela usina, a parte excedente da energia é vendida para a companhia elétrica que atende a região onde a usina se encontra.

principalmente, às indústrias de equipamentos sentiu fortemente os efeitos do atual movimento de centralização de capitais, impulsionado pela crise de 2008, conforme analisado no primeiro item.

No “Gráfico 5”, apresentado a seguir, podemos visualizar a movimentação dos empregos, entre admissões e desligamentos no ramo metalmeccânico em Piracicaba. Nele, é possível constatar que os anos de 2009 e 2014 (e o atual ano de 2015) foram os piores anos para o emprego neste segmento em Piracicaba.

Gráfico 5 – Piracicaba: movimentação dos empregos metalmeccânicos, admissões e desligamentos, entre os anos de 2002 a 2015



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2015.

O “Gráfico 5” também demonstra outra variável, isto é, que o ano de 2012 também possuiu saldo negativo em 815 demissões. É justamente esse dado que evidencia o aprofundamento da crise financeira (e da empregabilidade) das indústrias de equipamentos para o setor sucroenergético.

Dado que apenas um gráfico de movimentação geral do emprego, dentro de um ramo municipal, é insuficiente pra fazermos afirmações mais seguras ¹², adentraremos em exames específicos sobre as situações financeiras e empregatícias dos principais fornecedores de

¹² Os dados demonstrados não possibilitam análises mais específicas devido à diversidade produtiva de setores industriais do município. Entretanto, temos conhecimento que o resultado positivo no emprego global em Piracicaba, no ano de 2013, deve-se, principalmente, à inauguração da montadora automotiva Hyundai Motor Company no município.

equipamentos e serviços ao setor sucroenergético, descrevendo, principalmente, os casos da Cooperativa São José (CSJ Metalúrgica) e da Dedini S/A ¹³.

Indo direito ao ponto, o primeiro caso, da Cooperativa São José (CSJ Metalúrgica), se relaciona com as mudanças nas relações de produção entre clientes e fornecedores, ocorridas no setor, no início do século XXI. Em entrevista realizada com o seu gerente comercial ¹⁴, fomos informados da seguinte situação: antes da década de 2000, os usineiros estabeleciam relações produtivas com produtores de equipamentos que, muitas vezes, se confundiam com proximidades pessoais entre os agentes. Enquanto que, atualmente, os contratos de prestação de serviços e de fornecimento de equipamentos são racionalizados independentemente da proximidade (regional, pessoal, familiar ou cultural) com o fornecedor do serviço contratado.

O caso da Cooperativa São José (CSJ Metalúrgica) é característico dado que foi apontada a diminuição das encomendas de equipamentos no mesmo ritmo cronológico do aumento da presença de grandes conglomerados no setor (como Shell, Bunge, Louis Dreyfus, Tereos, entre outras), mais precisamente a partir de 2006. A situação da “CSJ Metalúrgica” piorou no período “pós 2008”, quando começaram a ocorrer demissões de funcionários (cooperados) e atraso no pagamento dos salários. Assim, a empresa demitiu seus funcionários e decretou falência no final de 2014.

Para nós, baseados em Santos (2009), essas metamorfoses produtivas são características evidentes da transição de laços produtivos baseados em “solidariedades orgânicas” para laços produtivos baseados em “solidariedades organizacionais” ¹⁵. A nova estruturação do setor sucroenergético brasileiro, impulsionada por grandes conglomerados globais, não consente relações produtivas que se baseiam, apenas, nas proximidades pessoais entre os agentes. Os novos arranjos produtivos, impulsionados pela razão organizacional dos agentes globais, criam e destroem antigos laços de produção, alterando a razão orgânica do local. Em outras palavras,

¹³ Quando mencionamos “Dedini S/A” ou “Grupo Dedini” referimo-nos ao grupo de CNPJs registrados como: Dedini S/A Indústrias de Base (DIB), Dedini S/A Administração e Participações (DDN), Dedini S/A Equipamentos e Sistemas (DES), Dedini Refratários Ltda (DRE) e Codismon Metalúrgica Ltda (CMO). Empresas em atual processo de Recuperação Judicial.

¹⁴ Entrevistamos os gerentes de vendas das empresas do ramo metalmeccânico, especializado no setor sucroenergético, em Piracicaba, como CSJ Metalúrgica, NG Metalúrgica, Dedini S/A e Mause. As entrevistas ocorreram tanto na própria empresa, quanto em feiras de exposição do setor.

¹⁵ Por *solidariedade orgânica* entende-se a solidariedade produtiva ¹⁵, estabelecida entre os agentes locais, baseada na proximidade contígua entre pessoas e os objetos. Já a *solidariedade organizacional* é a solidariedade produtiva estabelecida pelas relações teleológicas entre agentes e objetos distantes, viabilizadas pelas técnicas da informação e obedientes à extração do mais-valor na escala global. (SANTOS, 1994; 2009; CASTILLO, et alli, 1997).

“a razão local é orgânica, a razão global é organizacional” (SANTOS, 2009; CASTILLO, et alli, 1997).

Além do caso dessas transformações nas formas de relação de produção, entre clientes e fornecedores do setor, descrita nos parágrafos acima, há outra causa, mais direta, para a atual crise dos produtores de equipamentos. A mesma é relacionada diretamente com processos de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2013), como o exemplo da sobreacumulação de capital, do endividamento e da “crise do setor” no período pós-2008.

Como descrevemos no primeiro item deste artigo, o setor sucroenergético brasileiro passou por centralizações do capital, impulsionadas, principalmente, pela sobreacumulação do capital financeiro global durante a década de 2000.

Para Harvey (2013, p. 124, *parênteses nosso*), a sobreacumulação de capital:

(...) é uma condição em que excedentes de capital (...) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação (*ou por espoliação*) faz é liberar um conjunto de ativos (...), a custo muito baixo (...). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo.

É fato lembrar que tal sobreacumulação não é novidade na agroindústria canavieira, como lembra-nos Szmrecsányi & Moreira (1991) sobre a “primeira grande crise do setor”, nos intermédios da década 1960¹⁶. Entretanto, o impulso centralizador (ou espoliador) ganhou nova força após a crise econômica de 2008, devido às especulações financeiras mal sucedidas realizadas por muitos usineiros, que os levaram ao endividamento, no período pós-2008.

Novamente, Harvey (2013, p. 124-125, *grifo nosso*) relaciona, de maneira brilhante, como as crises de sobreacumulação representam grandes oportunidades para o capital centralizador aprofundar processos de acumulação por espoliação, retirando outros capitalistas da concorrência e monopolizando o mercado:

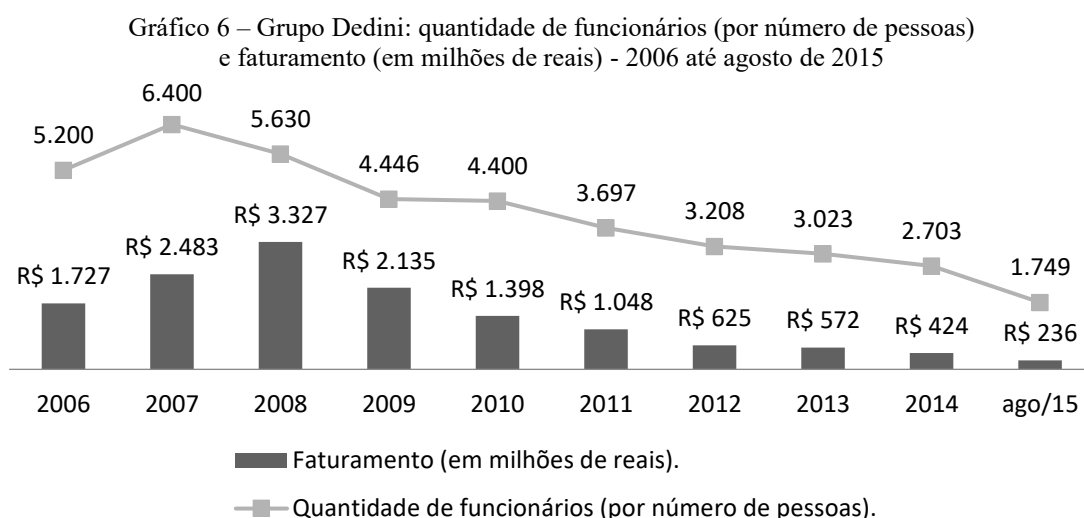
Esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preço de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado. Mas isso requer uma onda anterior de desvalorização, o que significa *uma crise* de algum tipo. As crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. (...). Pode-se impor pela força externa crises limitadas a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial de atividades capitalistas.

A “crise” no setor sucroenergético brasileiro levou fechamento, à falência ou recuperação judicial de mais de 80 usinas, entre 2008 a 2014 (DATAGRO, 2015). O caso do

¹⁶ Para Szmrecsányi & Moreira (1991, p. 70), o Proálcool, por exemplo, foi formulado e estabelecido “*menos como uma solução para a ‘crise energética’ do Brasil, do que como uma alternativa para a previsível capacidade ociosa da sua agroindústria canavieira*”.

Grupo Dedini é emblemático desta tragédia. A empresa, principal produtora de usinas do setor, sentiu fortemente a redução da demanda por essas plantas agroindustriais. A matemática é simples: a Dedini é especializada em produzir usinas e quando o setor não constrói novas unidades processadoras, a empresa enfrenta recessão.

A drástica redução do número de trabalhadores da empresa e também a redução do faturamento pode ser visualizada no “Gráfico 6”, apresentado a seguir:



Fonte: “Relatório Mensal de Atividades” (RMA), elaborado pela Administradora Judicial “Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda”, Setembro de 2015 ¹⁷.

O Grupo Dedini, depois de registrar, em 2008, o faturamento recorde de sua história, no valor de R\$ 3,3 bilhões (em valores corrigidos para o ano de 2016) e contar com mais 5,6 mil funcionários (no total de suas unidades) decresceu mais de 85% entre 2008 e 2014, quando registrou o faturamento final de R\$ 424 milhões, valor insuficiente para pagar, inclusive, os custos produtivos da empresa. Atualmente (2016), a companhia conta com, aproximadamente, menos que 800 funcionários, em suas nove fábricas, espalhadas por quatro municípios brasileiros (Piracicaba, Sertãozinho, Recife e Maceió).

Entretanto, é importante lembrar que os efeitos mais trágicos da crise não caem sobre os proprietários de indústrias e, sim, são transferidos para a classe trabalhadora. As dívidas trabalhistas da empresa, segundo informações do “Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba” (entidade vinculada à Força Sindical) chegam a mais de 200 milhões de reais. A redução do

¹⁷ Inflação corrigida pelo Índice de “Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-E)” na “Calculadora do Cidadão” do Banco Central do Brasil, tomando como base os índices do mês de dezembro de cada ano e, como valor final da moeda, o mês de dezembro de 2015.

quadro de seus funcionários foi realizada, em muitos casos, na ausência de pagamento de direitos trabalhistas básicos, como o depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Essa situação irregular, quanto aos depósitos do FGTS, adicionado a sua situação fiscal, com uma dívida ativa de mais de um bilhão de reais com a União Federal, impediu a Dedini S/A aderir ao “Programa de Proteção ao Emprego”¹⁸. A partir desta situação, o Grupo Dedini solicitou, em agosto de 2015, uma petição à justiça de Recuperação Judicial. O processo é registrado na 2ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba, sob o juízo de Marcos Douglas Veloso Balbino da Silva¹⁹.

Dado a essa situação fiscal e trabalhista irregular, compreendemos que o caso da Dedini S/A é apenas mais um que evidencia, claramente, como a produção capitalista visa o lucro muito além dos direitos trabalhistas e da responsabilidade social. É fato que não haveria de ser diferente em uma indústria de equipamentos inserida em um circuito produtivo como o da agroindústria canavieira. Um circuito produtivo que visa o lucro até suas últimas consequências²⁰. Resultados, esses, que se deflagram em crises de sobreacumulação periódicas, como a que demonstramos neste artigo.

¹⁸ O “Programa de Proteção ao Emprego” foi o acordo entre Governo Federal e associações de classe industriais – entre elas, principalmente, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) – para conter os impactos da crise de 2008, com a redução temporária da jornada de trabalho, com diminuição de até 30% do salário, onde o Estado arca, ainda, com 15% do salário restante.

¹⁹ No interior do processo público de Recuperação Judicial, é possível constatar uma correspondência da “Controladoria Geral da Fazenda”, solicitando que o juiz responsável pelo processo indeferisse a recuperação judicial do Grupo Dedini. A razão para a solicitação é a dívida ativa que a empresa possui com a União, no valor de mais de R\$ 1 bilhão, fato que rende ao grupo o adjetivo de “Grande Devedor”. A Controladoria argumenta que o Grupo Dedini deveria ter elaborado um plano de pagamento desta dívida, em até 84 vezes, para possuir direito à Recuperação Judicial (RJ). A decisão do juiz, da 2ª Vara Cível de Piracicaba, foi dar continuidade à Recuperação, considerando prematura a manifestação da Controladoria, já que, segundo o juiz, esta dívida pode ser paga, caso a empresa recupere-se, por meio do processo de Recuperação Judicial, de sua atual situação financeira.

²⁰ Em 2009, a Raízen, por exemplo, foi incluída na “lista suja” do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e retirada da lista após seus advogados assinarem um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em 2010. A empresa, também em 2010, foi denunciada pelo Ministério Público Federal pelo arrendamento irregular de terras em área de Reserva Indígena, no município de Caarapó (MS), fato “solucionado” pelo Termo de Compromisso de Cooperação com a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que tem vigência de apenas três anos. Além dessas denúncias, em 2014, a Raízen foi condenada a pagar uma multa R\$10,5 milhões em indenizações trabalhistas por terceirização ilegal de trabalhadores. Foram flagrados casos de abuso de jornada de motoristas, que muitas vezes dirigiam 12 (doze) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, sem o direito, sequer, ao descanso semanal remunerado (DSR). (Fontes: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Instituto Humanitas Unisinos e Repórter Brasil). Os casos de tais práticas ilegais e desumanas não se resumem apenas à Raízen, mas a todo setor sucroenergético brasileiro. O exemplo da *joint-venture* Raízen é característico, entretanto, devido à empresa ser líder no setor, sendo marca sinopse da “sustentabilidade insustentável” da sucroenergia brasileira.

É devido a tal leitura dessa situação que escolhemos denominar a atual “crise do setor sucroenergético brasileiro” como um fenômeno inserido dentro de um processo mais amplo, denominado de “acumulação por espoliação”. Assim como nosso corpo teórico de referência esclarece (MARX, 2013; SMITH, N. 1988; HARVEY; 2011) o fenômeno de crise é sempre o estopim de um ciclo das contradições internas do modo de produção capitalista, onde de um lado, existem os capitais que acumularam excedentes, isto é, sobreacumularam capital no período de expansão econômica e os capitais a serem liquidados, centralizados, falidos, isto é, despossuídos, no período de recessão, depressão e crise econômica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo “acumulação por espoliação” foi utilizado por Harvey (2013), para demonstrar como os processos de “acumulação primitiva” – que Marx (2013) descreveu no primeiro volume de “O Capital” – são permanentes na lógica territorial do capitalismo contemporâneo. Harvey (2011; 2013), demonstra que tais processos de espoliação não são só permanentes, como, também, são aperfeiçoados dentro da geografia histórica do capitalismo.

Operacionalizamos esse conceito nesse artigo, pois, consideramos que se tratou justamente dessa lógica o que ocorreu na trajetória do setor sucroenergético brasileiro durante a década de 2000. Tal trajetória, antes de 2008, resumiu-se a um grande número de empresas globais adentrando o setor, investindo seus excedentes de capital no controle de usinas brasileiras desvalorizadas durante o período de estagnação da década de 1990. Assim, puderam aproveitar, de maneira muito lucrativa, os tempos áureos do *boom* das *commodities* na primeira década do século XXI.

O mesmo processo econômico se aprofundou na trajetória do setor “pós-2008”, quando os efeitos da crise de 2008 influíram na desvalorização, ainda mais concreta, dos ativos sucroenergéticos no Brasil, permitindo a livre entrada de grandes corporações no setor, como a *Royal Dutch Shell* e a *Louis Dreyfus Commodities*.

Como sabemos (e demonstramos neste artigo) o desemprego é, ao lado da miséria, a faceta mais cruel da acumulação por espoliação. Conseguimos demonstrar que o caso da Dedini S/A, em Piracicaba é característico desse fenômeno, pois as demissões em massa da empresa

ocorreram na ausência do pagamento de direitos trabalhistas básicos, como multas rescisórias e depósitos do FGTS.

Finalmente, dado ao fato que não queremos apenas levantar críticas (ou seja, não queremos apenas refletir sobre o mundo), mas, sim, também tentar propor soluções (ou seja, queremos tratar de transformá-lo), estamos de acordo com Harvey (2011) quando o geógrafo diz que é necessário criar uma nova forma de desenvolvimento que se oponha, radicalmente, à lógica do crescimento composto de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano (como necessidade básica para que o capital possa distribuir riqueza por meio do emprego assalariado). Como adverte o autor, esse crescimento é insustentável, em caráter social e ambiental, pois é baseado na superexploração do trabalho e na extração infinita de recursos naturais.

A partir desta visão de conjunto, consideramos, em última análise, que anterior à concepção de crescimento econômico, é necessária, hoje, mais do nunca, a efetivação de políticas públicas de distribuição das riquezas produzidas. Como fato econômico, a distribuição das riquezas (isto é, a distribuição dos excedentes sobreacumulados) permite a criação de novos laços produtivos no território (onde a economia, de fato, ocorre). A ausência da efetivação de tal política, que dialoga com as carências democráticas e cidadãs da formação social-espacial brasileira, apenas premeditará a revolta, muitas vezes, violenta dos “despossuídos” contra os “espoliadores”. Urge, como demonstramos neste artigo, interromper os processos de acumulação por espoliação, que privatizam os lucros e socializam os custos da produção globalizada. Compreendemos, assim, ser essa o caminho para impedir o crescimento da massa de desempregados e da pobreza nas regiões urbanas e rurais do planeta Terra.

5. REFERÊNCIAS

BORGES, A. C. G; COSTA, V. M. H. M. **O processo de concentração e de centralização do capital e o financiamento da produção sucroalcooleira no Brasil**. Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2013.

CASTILLO, R; CAMELINI, J. H. **Etanol e uso corporativo do território**. Mercator, Fortaleza, v. 11, n. 25, p.7-18, mai./ago. 2012.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento**: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Sociedade & Natureza, Uberlândia: 461-474 dez. 2010.

CASTILLO, R. **Sustentabilidade, desenvolvimento, globalização**. In: OLIVEIRA, M. P; COELHO, M. C. N; CORRÊA A. M. (Org.). O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas. 1ed. Rio de Janeiro: Lamparina / Faperj / Anpege, 2008.

CASTILLO, R; TOLEDO, R; ANDRADE, J. **Três dimensões da solidariedade em Geografia**: autonomia político-territorial e tributação. Revista Experimental, n. 3. P. 69-99, setembro, 1997.

GOMES, R. J. **83 usinas de cana encerraram atividades nos últimos 6 anos, afirma** 29 de Janeiro de 2015. Jornal Nova Cana apresenta dados da Datagro, 2015. Disponível em: <<http://www.novacana.com/n/industria/usinas/datagro-83-usinas-cana-encerraram-atividades-anos-290115/>>. Acesso em: 21 Jun. 2016.

CRUZ, E. P. **Importante polo sucroalcooleiro do estado, Piracicaba terá sete candidatos disputando a prefeitura**. 05 de Outubro de 2012. Empresa Brasileira de Comunicação. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-10-05/importante-polo-sucroalcooleiro-do-estado-piracicaba-tera-sete-candidatos-disputando-prefeitura>>. Acesso em: 24 de Jun. 2016.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad: João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **O novo imperialismo**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro: O processo de produção do capital. [1867] São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

PIRACICABA, Processo Recuperação Judicial do Grupo Dedini S/A. Registrado no Xº Fórum da Comarca de Piracicaba.

MENDONÇA, M. L; PITTA, F. T; XAVIER, C. V. **A crise econômica mundial e a dívida do agronegócio canavieiro**. In: MENDONÇA, M. L. MERLINO, T. Direitos Humanos no Brasil 2012. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **Circuitos espaciais da produção**: um comentário. In: Souza, M. A. A.; _____. (Org.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986, p. 121-134.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 1º edição. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 1º edição. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. Ed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Os dois circuitos da economia urbana e suas implicações espaciais. In: _____. **Da totalidade ao lugar.** 1. Ed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual:** Natureza, Capital e a Produção de Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SZMRECSÁNYI, T. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930 – 1975).** Economia & Planejamento: Teses e Pesquisas. São Paulo: Hucitec, Unicamp, 1979.

SZMRECSÁNYI, T; MOREIRA, E. P. **O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial.** Estudos Avançados, USP, 1991.